



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
COMITÊ ASSESSOR DE PESQUISA – CAP/UFS

ATA DA 7ª REUNIÃO DO COMITÊ ASSESSOR DE PESQUISA–CAP/UFS-2016

1 Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezesseis, às quinze
2 horas, na cento e sete, bloco B do Campus Chapecó na Universidade Federal da
3 Fronteira Sul – UFS, foi realizada a sétima **Reunião do Comitê Assessor de**
4 **Pesquisa - CAP/UFS**, instância vinculada à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-
5 Graduação – PROPEPG. A reunião foi presidida pela Diretora de Pesquisa e
6 presidente do CAP, professora Rosiléa Garcia França. Também estavam presente
7 os servidores técnico-administrativos em educação da DPE/PROPEPG, Ana Paula
8 dos Santos, Dilvan Mauricio Lopes, Elenice Gomes, Ilson dos Santos e os
9 docentes: Ricardo Alberto Scherma, Gustavo O. Acrani, Marlei Veiga dos Santos,
10 Leda Battestin Quast, Dalila M. Benvegnú, Eduardo P. Korf e o Pró-Reitor de
11 Pesquisa e Pós-Graduação: Joviles Trevisol. A Diretora de Pesquisa, Professora
12 Rosiléa iniciou a reunião agradecendo a presença dos membros do comitê na VI
13 Jornada de Iniciação Científica e Tecnológica. Salientou que devido à semana do
14 DIVERSA a reunião do Comitê foi antecipada para esta data sendo realizada de
15 forma presencial visto a presença dos membros na VI Jornada de Iniciação
16 Científica e Tecnológica. A professora Rosiléa informou que as docentes Marlei dos
17 Santos e Leda Quast estavam representando os *campi* Cerro Largo e Laranjeiras
18 do Sul respectivamente. Docentes discutiram sobre a nova composição do CAP
19 cerro largo devido a afastamentos de professores. Professora Rosiléa sugeriu
20 realizar um planejamento das pautas das próximas reuniões bimestrais as quais
21 serão realizadas alternadamente com coordenadores e coordenadores e CAP.
22 Lembrou que o regulamento de pesquisa está em tramitação e deve entrar em
23 vigor somente no mês de novembro, no entanto, afirmou que a Diretoria já pode
24 planejar-se a partir das informações disponíveis. O professor Eduardo sugeriu
25 antecipar a produção dos editais e professora Rosiléa respondeu que já há um
26 planejamento neste sentido contendo as informações necessárias à
27 institucionalização de um projeto. O professor Ricardo questionou se o lançamento
28 dos editais de forma antecipada não prejudicaria os alunos que concorrem a
29 bolsas. O professor Eduardo respondeu que pode-se utilizar a classificação do
30 edital já existente acrescidas das verificações dos planos de trabalho. O professor



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
COMITÊ ACESSOR DE PESQUISA – CAP/UFFS

31 Gustavo destacou que, quando o professor submete o projeto é importante o
32 anexar o plano de trabalho. Desta forma, poderá existir o aproveitamento da
33 classificação nas chamadas de bolsas. A professora Rosiléa recordou que em
34 regra os editais de bolsas iniciam sempre nos meses de agosto e afirmou que
35 neste ano todas as a bolsas foram garantidas. Concordou que o projeto pode ser
36 submetido anexando o plano de trabalho. O professor Eduardo solicitou que seja
37 inserida no edital a previsão do plano de trabalho para não desvinculá-lo do projeto
38 e destacou que os nomes bolsistas podem ser informados posteriormente. A
39 docente Leda questionou se projetos de demanda espontânea também serão via
40 edital. A diretora Rosiléa respondeu afirmativamente e propôs que os editais de
41 institucionalização poderiam ser lançados no mês de novembro permanecendo
42 abertos até o mês de março, visto que, os editais de bolsas são mais simples de
43 realizar. O professor Ricardo afirmou que a institucionalização de projetos é uma
44 tarefa dos professores e deve ser realizada com ou sem previsão de bolsa. O
45 Técnico Ilson defendeu que é importante aguardar o regulamento da pesquisa
46 antes de efetivar os editais. A professora Marlei questionou se todo o projeto
47 institucionalizado tem obrigatoriedade de execução. O professor Eduardo afirmou
48 que quando não há bolsa o docente poderá cancelar o projeto se houver
49 impossibilidade de executá-lo. A professora Rosiléa lembrou que este item deverá
50 ficar claro nos editais, uma vez que os docentes questionaram este ponto em
51 situações anteriores. O professor Eduardo perguntou quando serão lançados os
52 editais para o primeiro semestre. A professora Rosiléa afirmou que os editais
53 lançados em novembro são para projetos desenvolvidos a partir do mês de agosto
54 e em agosto podem ser lançados os editais que iniciam os trabalhos no mês de
55 fevereiro. Os docentes discutiram sobre os prazos de vigência dos projetos
56 baseados nos planos de trabalho previstos antecipadamente na institucionalização.
57 Os professores decidiram que o projeto será institucionalizado junto com o plano de
58 trabalho, o cronograma e que as tarefas do bolsista serão avaliadas pelo CAP local.
59 Lembrou-se que a escolha dos bolsistas é de responsabilidade do professor do
60 projeto baseado na nota e também na afinidade com o orientador e que o edital de
61 bolsas também pode prever a avaliação pelo índice acadêmico. O professor



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
COMITÊ ASSESSOR DE PESQUISA – CAP/UFFS

62 Ricardo sugeriu reformular os relatórios de produção docente. A professora Rosiléa
63 afirmou que além desses, todos os formulários estão sendo revistos. Referente à
64 discussão sobre produção docente, os membros do comitê solicitaram a inclusão
65 deste ponto em outras reuniões. O professor Joviles afirmou que a maior parte das
66 universidades utilizam os quadros da CAPES para avaliar a produção docente e
67 acredita ser um problema realizar avaliações em áreas de impacto, pois nem todas
68 as áreas têm as mesmas formas de produção. Os professores responderam que as
69 avaliações são realizadas por áreas afins, de modo a não prejudicar nenhum
70 segmento. O professor Joviles destacou que é importante avaliar demandas
71 qualificadas. O professor Ricardo propôs revisão da planilha prevendo uma
72 pontuação para cada produção qualificada, no entanto de forma mais simples
73 fomentando a produção. Também destacou que existem outros caminhos que não
74 o de pontuação para avaliar e sugeriu verificar como outras universidades realizam
75 este processo. Docentes discutiram sobre projetos realizados por professores
76 mestres e sugeriram equiparar a nota do currículo a nota do projeto para igualar as
77 condições de efetivação de projetos a todos os professores. A professora Marlei
78 sugeriu que estas discussões sejam realizadas primeiramente no CAP local.
79 Professora Rosiléa destacou que entende todas estas dúvidas e sugestões e
80 concorda em verificar com os docentes de outras universidades como estes
81 realizam as avaliações da produção docente, peso do projeto, da produção, entre
82 outros itens. Lembrou que atualmente com o percentual é de quarenta por cento
83 para o projeto e sessenta por cento para o currículo o que de fato poderia deixar
84 bons projetos de professores mestres prejudicados pela falta de bolsas. O
85 professor Ricardo defendeu a desburocratização na submissão dos projetos e no
86 preenchimento de planilha e que esta questão possa ser mais bem debatida. O
87 professor Joviles concorda com a importância de verificar com outras
88 universidades, porém acredita que a universidade trabalha de forma muito séria e
89 que os CAP estão realizando um bom trabalho e, no que for possível, é favorável a
90 reduzir a burocracia. Enfatizou a necessidade de inserir os docentes na pesquisa,
91 visto que em algumas fundações sobraram bolsas e que é importante que cada
92 CAP discuta e encontre soluções em conjunto para resolver suas questões locais.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
COMITÊ ASSESSOR DE PESQUISA – CAP/UFS

93 Os professores discutiram que deve haver regras para nortear os trabalhos de cada
94 CAP com o intuito de padronizar a atuação dos comitês. A docente Dalila ressaltou
95 que o professor não deve possuir pendências em pesquisa para participar dos
96 editais. Ainda, referentes aos editais, os professores entendem que alguns pontos
97 poderiam ser melhorados para não desclassificar projetos por detalhes
98 burocráticos. O professor Eduardo sugeriu que as contribuições para os próximos
99 editais sejam enviadas via e-mail e posteriormente discutidas nas reuniões dos
100 CAP. Referente aos questionamentos sobre projetos realizados por docentes
101 doutorandos, o professor Joviles respondeu que estes projetos são base para
102 formação profissional do docente e que esta configuração serve para regularizar a
103 situação institucional do afastamento parcial. O técnico Ilson sugeriu que no novo
104 regulamento este item esteja previsto. O professor Joviles irá verificar esta questão
105 com a procuradoria e retornará aos CAP. A professora Rosiléa afirmou que será
106 encaminhada via e-mail a minuta prévia para os editais de institucionalização aos
107 membros do comitê. O professor Joviles entende que deve ser produzido um edital
108 padrão a fim de minimizar a quantidade de reuniões sobre este ponto e reiterou a
109 importância de inserir os docentes na pesquisa. Questionado sobre o caráter
110 classificatório da institucionalização de projetos pelo docente Ricardo, o professor
111 Joviles respondeu que este processo tem como objetivo organizar o sistema da
112 universidade e seu caráter não é classificatório ou eliminatório. Encerrou-se a
113 reunião às dezessete horas e eu, Ana Paula dos Santos, SIAPE 2264394, lavrei a
114 presente Ata, que aprovada, será devidamente assinada por mim e pelo presidente
115 da sessão.